

**CONTRATO N° 192/2023**

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ N° 88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, n° 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a **Cooperativa de Pequenos Agricultores e Agroecologistas da Região Sul LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n° 05.306.183/0001-91** com sede na Rua Hipólito Ribeiro, n° 37, Bairra Centro, CEP 96.600-000 na cidade de Canguçu/RS, representada pelo Sr. Gilnei Saraiva Neitzke, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 85/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**Parágrafo Primeiro.** O objeto do presente contrato visa a contratação de empresa para a prestação de serviço visando implantar o projeto Farmácia Viva, através da execução da ETAPA I – Mobilização; ETAPA II – Implantação dos hortos medicinais; e ETAPA III – Desenvolvimento. Por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no edital e Termo de Referência. conforme edital de Pregão Eletrônico n° 85/2023.

Lote	Quant.	Un	Cód.	Descrição	Valor unitário
1	1	Un	64262	A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VISANDO IMPLANTAR O PROJETO FARMÁCIA VIVA, ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DA ETAPA I – MOBILIZAÇÃO; ETAPA II – IMPLANTAÇÃO DOS HORTOS MEDICINAIS; E ETAPA III – DESENVOLVIMENTO. POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	99.900,00

**Parágrafo Segundo:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- O Edital da Licitação;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

**Parágrafo Primeiro.** O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$99.900,00** (noventa e nove mil e novecentos reais)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro.** O período de execução do referido objeto deve obedecer às Etapas I, II e III do Termo de Referência.

**Parágrafo Segundo.** A empresa vencedora do certame obriga-se a executar o objeto de acordo estritamente com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

**Parágrafo Terceiro.** Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, não será aceito pelo responsável que lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade

*Gilnei Saraiva Neitzke*





MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se os mesmos atendem as especificações contidas no edital e seus anexos.

b) É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

**Parágrafo Segundo.** São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Executar os serviços na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;

b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;

c) Responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato

d) Obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

e) Não possuir nenhum débito em atraso junto ao Município de Canguçu.

#### **CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

**Parágrafo primeiro.** O presente contrato terá vigência de 01 ano a contar da data de sua elaboração.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**Parágrafo único.** O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO**

**Parágrafo único.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo Primeiro:** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021)

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

*Julnei Laraine Mufke*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Segundo:** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes multas:

1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

2) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

**Parágrafo Terceiro:** O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quarto:** Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do cláusula nona de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo Quinto:** Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do cláusula nona, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Sexto:** Para infração descrita na alínea “b” do cláusula nona, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Sétimo:** Para infrações descritas na alínea “d” do cláusula nona, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Oitavo:** Para a infração descrita na alínea “a” do cláusula nona, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

**Parágrafo Nono:** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo:** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Segundo:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Décimo Quarto:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento

*Ylnei Saraiva Nifke*

previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Décimo Quinto:** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Décimo Sétimo:** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**Parágrafo Décimo Oitavo:** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Nono:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo Vigésimo:** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**Parágrafo Primeiro.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

*gilei saraiwa neto*

**Parágrafo Terceiro.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Quarto.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Quinto.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

**Parágrafo Sexto.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Sétimo.** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**Parágrafo Oitavo.** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**Parágrafo Nono.** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

a) os valores das Notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

O contratante poderá ainda:

b) O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo Primeiro.** A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

<b>Orgão</b>	<b>Ficha</b>	<b>Projeto atividade</b>	<b>Elemento despesa</b>
Secretaria Municipal da Saúde	4681	1620	3390.39.99.1500

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**Parágrafo Primeiro.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ALTERAÇÕES**

**Parágrafo Primeiro.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

*gilmir Saraiva N. I. K.*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Parágrafo Segundo.** O contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Terceiro.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**Parágrafo Quarto.** Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro.** Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Lisiane Lacerda Lange – Matrícula 88129 – Cargo: Enfermeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 14 de julho de 2023.

  
MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO  
CONTRATANTE

  
COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES E AGROECOLOGISTAS DA  
REGIÃO SUL LTDA  
CONTRATADA



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6C1D-A060-BD50-44B2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ COOPERATIVA ARPA SUL (CNPJ 05.306.183/0001-91) em 17/07/2023 09:27:01 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6C1D-A060-BD50-44B2>

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA DIAZ FLORES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/4B3B-6BD0-676A-0074> e informe o código 4B3B-6BD0-676A-0074

*Gilnei Saraiva M. Lk.*





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4B3B-6BD0-676A-0074

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 18/07/2023 08:59:04 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/4B3B-6BD0-676A-0074>

*Gilnei Saraiva Leite*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO – FARMÁCIA VIVA

Município de Canguçu  
Secretaria Municipal de Saúde

Necessidade da Administração: A contratação de empresa para implantação do projeto FARMÁCIA VIVA no município de Canguçu, com prioridade resgatar e disseminar a sabedoria popular e o conhecimento científico sobre plantas medicinais, produção de fitoterápicos e alimentação saudável para a saúde humana com qualidade, segurança e eficácia, conforme estabelece o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço visando implantar o projeto Farmácia Viva, através da execução da ETAPA I – Mobilização; ETAPA II – Implantação dos hortos medicinais; e ETAPA III – Desenvolvimento. Por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

Os serviços objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações, conforme ETAPA/META a seguir:

##### **ETAPA I - Mobilização.**

Período de execução da etapa: mês 01 ao mês 04.

##### **META: REUNIÕES**

Objetivo: Realizar reuniões com o objetivo de executar a ampla divulgação e seleção de famílias participantes no projeto Farmácia Viva. Duração média de cada atividade será de 4 horas/cada. O público participante serão membros da comunidade Canguçuense. Essas reuniões serão realizadas nos locais determinados pela administração pública.

Meta: Realizar 05 (cinco) reuniões. Para essa meta deverão ser cadastradas em média 15 famílias por localidade/horto medicinal totalizando no mínimo 75 (setenta e cinco) famílias cadastradas ao término das 05 (cinco) reuniões executadas. Preferencialmente deverão ser cadastradas famílias residentes no entorno dos locais destinados para a implantação dos hortos medicinais.

Meios de verificação: A comprovação da execução será através de relatório da atividade e lista de presença dos participantes.

Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado (Educador Social, Administrador), transporte e logística, mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade.

Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 04.

##### **META: CURSOS**

Objetivo: Realizar curso teórico/prático com temas relacionados a produção e uso de Plantas Medicinais na Saúde Comunitária, deverão ser abordados os seguintes eixos: - Identificação de Plantas, Propriedade, Modos de Preparo e Indicações de Uso. - Saúde e Alimentação, entre outros. A duração média de cada curso será de 4 horas. Para cada participante deverá ser doado uma apostila ou livro sobre o tema das plantas medicinais no uso da saúde humana. Essa(e) apostila/livro poderá ser produzido pela própria empresa ou adquirido de terceiros.

Meta: Realizar 05 (cinco) cursos teórico/práticos. Deverá ser disponibilizado certificado de participação ao público presente.

Meio de verificação: A comprovação da execução será através de relatório da atividade e lista de presença dos participantes. Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar

Assinado por 1 pessoa: **EDUARDA DA ARAÚJO REIS**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6B3B-00860-8256-00192-e-informe-o-cadidgo-48C3B-681B0-62B3A000732>

*Gilnei Saraiva Nitzke*





MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado (Médico Clínico Geral, Médico Veterinário, Educador Social com experiência comprovada no trabalho com as ervas medicinais), transporte e logística. mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade.

Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 04.

## **ETAPA II – Implantação dos hortos medicinais**

Período de execução da etapa: Mês 05 ao mês 09.

### **META – HORTO MEDICINAL**

Objetivo: Implantar o horto medicinal, com área destinada de 88 m<sup>2</sup>, com dimensões de 11 metros de comprimento por 8 metros de largura, conforme croqui, legenda e memorial descritivo no ANEXO I. Deverá ser executado no local definido pela administração pública municipal.

Meta: Implantar 05 (cinco) hortos medicinais.

Meio de verificação: A comprovação da execução será através de relatório de conclusão e fotos. Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado (Pedreiro, Técnico em Agricultura ou agropecuária), transporte e logística, materiais previstos no memorial descrito e demais itens necessários para a execução da atividade, taxas e impostos.

Período para execução da meta compreende o mês 05 ao mês 09.

## **ETAPA III – Desenvolvimento**

Período de execução da etapa: Mês 10 ao mês 12.

### **META: DIA DE CAMPO/VISITAÇÃO**

Objetivo: Realizar dia de campo teórico/prático junto aos hortos medicinais implantados com temas relacionados a produção e uso de Plantas Medicinais na Saúde, deverão ser abordados os seguintes eixos: - Identificação de Plantas, Propriedade, Modos de Preparo e Indicações de Uso. - Saúde e Alimentação. - Como organizar: Casa de Chás, Horto Medicinal e Farmácia Fitoterápica em casa. Entre outros. A duração média de cada atividade será de 4 horas/cada. Para cada participante deverá ser doado uma apostila sobre o programa Farmácia Viva. Essa apostila poderá ser produzida pela própria empresa ou adquirido de terceiros e no mínimo 5 (cinco) mudas de plantas medicinais por família.

Meta: Realizar 05 (cinco) dias de campo teórico/práticos, deverá ser disponibilizado certificado de participação ao público presente.

Meio de verificação: A comprovação da execução será através de relatório da atividade e lista de presença dos participantes.

Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado (Médico Clínico Geral, Médico Veterinário, Educador Social com experiência comprovada no trabalho com as ervas medicinais), transporte e logística. mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade.

Período para execução da meta compreende o mês 10 ao mês 12.

### **META: MONITORAMENTO**

Objetivo: Realizar o monitoramento das ações do projeto, articular e preparar as atividades de mobilização e capacitação, manter em bom estado a conservação dos hortos medicinais, preparo do terreno, escolha das mudas, conservação, limpeza, controle fitossanitário, irrigação, adubação e colheita. Realizar mensalmente o monitoramento em cada um dos hortos medicinais implantados, ou seja, 60 (Sessenta) monitoramentos para um período de 12 meses.

Meta: Para essa meta o número mínimo de monitoramento será 60 (sessenta) durante o período.

Meio de verificação: A comprovação da execução será através de relatório da atividade e fotos.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo um monitor(a), encargos sociais e trabalhistas, transporte e logística, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade.

Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 12.

### LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os locais definidos pela administração pública para a implantação do projeto Farmácia Viva, considerou a disponibilidade de espaço físico dos postos de saúde e Estratégia de Saúde da Família para a sua execução.

Locais definidos para a implantação dos hortos medicinais:

LOCAL	ENDEREÇO/DISTRITO	KM DA SEDE DO MUNICÍPIO UBS
ESF Vila Fonseca (Unidade Referência)	Vila Fonseca	3 Km
20 de setembro	Rincão Distrito dos Maias – 1º	15 Km
Posto de Saúde da Florida	Florida – 2º Distrito	30 Km
ESF União	Santo Antônio - 3º Distrito	65 Km
ESF Diogo Machado da Fonseca	Alto Alegre - 5º Distrito	50 Km

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Observa-se uma dificuldade na aquisição por parte da população de medicamentos para uso diversos, devido aos altos custos dos medicamentos. Desta forma extratos e constituintes da semente e das folhas de algumas plantas medicinais constituem produtos vegetais bioativos que podem contribuir para a ação medicamentosa. Acredita-se que 70% dos medicamentos derivados de plantas tenham sido desenvolvidos com base no conhecimento popular (GARCIA et al., 2003).

O conhecimento popular é adquirido e repassado por gerações em comunidades que não possuem acessos a medicamentos já processados e comercializados em farmácias. A valorização de plantas medicinais pelas comunidades tem sido estimulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a declaração de Alma Ata 1, em 1978, em que estudos mostravam que, 80% da população mundial utilizam essas plantas para tratamento de patologias diversas (SILVA, 2003).

A implementação deste projeto tem como prioridade, resgatar e disseminar a sabedoria popular e o conhecimento científico sobre plantas medicinais, produção de fitoterápicos e alimentação saudável para a saúde humana com qualidade, segurança e eficácia, conforme estabelece o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).

Sobre o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

A PNPMF, constitui parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira. Nesse sentido, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada por meio do Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde. Disponível em



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

<https://farma.t4h.com.br/educacao/manuais/politica-e-programa-nacionalde-plantas-medicinais-e-fitoterapicos/> Acesso 05 de Junho de 2021.

As plantas medicinais são um patrimônio da nossa diversidade e constituem uma riqueza social e biológica que precisa e necessita ser valorizada por meio da troca de conhecimentos entre gerações, quanto no que tange no resgate da biodiversidade. Associar a conservação e o uso das plantas medicinais no seu uso e a identificação correta é uma importante estratégia para minimizar os riscos e erosão genética dessas espécies medicinais.

É preciso um olhar diferenciado sobre as espécies que ocorrem em diferentes ecossistemas, explorando as suas formas, cores e habitats, neste sentido conseguimos perceber o valor e, ao mesmo tempo, preservá-las, utilizando de maneira sustentável. Ao mesmo tempo abrem-se novas possibilidades que apresentam interesse para o Sistema Único de Saúde – SUS.

O Brasil é um país que abriga a maior diversidade do mundo e que aqui existe também uma rica diversidade étnica e cultural, fruto da miscigenação resultante da colonização do País, a riqueza de plantas medicinais nos biomas brasileiros é muito grande.

Mas afinal o que é uma planta medicinal? Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2010), é uma espécie vegetal, cultivada ou encontrada espontaneamente na natureza, e que apresenta ação terapêutica. Neste sentido o projeto Farmácia Viva torna-se necessário em vários aspectos:

- Importância do resgate e reconhecimento do saber popular sobre as propriedades medicinais através das plantas e seus usos na saúde humana;
- Importância da educação para a saúde como política pública de prevenção como forma de melhorar a qualidade de vida e desenvolver a saúde comunitária;
- Estimular o cultivo e emprego de fitoterápicos ligado à preservação da saúde, à geração de renda, e a manutenção da biodiversidade;
- Criar mecanismos para que seja possível aperfeiçoar o processo para dispensação das ervas medicinais e fitoterápicos no Sistema de Saúde Pública SUS;

As ações com plantas medicinais e fitoterapia acontecem prioritariamente na Atenção Básica. A prática da fitoterapia envolve interação entre saberes, ações multiprofissionais no cuidado com a saúde, ações de promoção e prevenção, incentivando o desenvolvimento comunitário, a solidariedade, a participação social, a autonomia dos usuários e o cuidado integral em saúde. As relações entre a fitoterapia e a Atenção Básica proporcionam o fortalecimento mútuo.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação do Projeto Farmácia Viva na implementação de hortos medicinais e utilização de plantas medicinais no cuidado com a saúde, conforme as seguintes especificações/condições:

- ETAPA I - Mobilização;
- ETAPA II – Implantação dos hortos medicinais; e
- ETAPA III – Desenvolvimento. Por um período de 12 (doze) meses.

Demais descrições estão no item 1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, deste Termo de Referência e item 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, do Estudo Técnico Preliminar.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de implantação do projeto Farmácia Viva têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As características, forma de prestação, prazos, obrigações estão descritos no item 1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, e conforme segue demais especificações/condições:

Assinado por 1 pessoa: **GERENCIADORIA DE PREÇOS**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/683b-6860-8256-049192> e informe o código: **483383-68180-67360-00732**



*Gilnei Saraiva N. Ik.*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

→ O início da execução do Projeto Farmácia Viva dar-se-á em até 30 dias após a assinatura do contrato e o prazo para execução deve ser de no máximo 12 meses.

→ O pagamento a empresa deve ser realizado conforme a conclusão das etapas do cronograma.

→ Os documentos para qualificação técnica dos licitantes exigidos serão: Capacidade técnico-operacional: Apresentar no mínimo 2 (duas) declarações comprovando que o licitante prestou o serviço especificado no termo de referência, estando, portanto, capacitado a fazê-lo novamente.

→ Conforme projeto apresentado, a empresa deverá comprovar possuir em seu quadro a disponibilidade dos seguintes profissionais: educador social com experiência comprovada em ervas medicinais; administrador; técnico em agricultura ou agropecuária; médico clínico geral; médico veterinário; e pedreiro.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

As definições de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos com a prestação de serviços na implantação do Projeto Farmácia Viva está descrito no item 1 DEFINIÇÃO DO OBJETO deste Termo de Referência.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável por acompanhar a execução do objeto e indica a servidora abaixo relacionada para atuar como gestora e fiscal do contrato:

→ Lisiane Lacerda Lange – Matrícula 88129 -Telefone (53) 3252-9538.

Ficando esta responsável para conferência do serviço realizado pela contratada. E a mesma deve ter conhecimento do termo de referência para que possam saber se o produto ou serviço está de acordo com o especificado.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Canguçu, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021"

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

O pagamento a empresa deve ser realizado conforme a conclusão das etapas, através apresentação de relatórios de atividades por parte da contratada, que após conferência deste por parte do fiscal de contrato e Secretaria Municipal de Saúde, será encaminhado para pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como

Assinado por 1 pessoa: **SECRETARIA DE SAÚDE**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6B3B-6B60-825A-001B2eInformeOCodigo4B3B-6B60-825A-001B2>



*Julnei Lacerda Lange*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

#### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais), conforme segue tabela com o cronograma de cada etapa:

*Yelini Saraiva Nitzke*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**ETAPA I - Mobilização e seleção das famílias participantes**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	R\$ Unitário	R\$ Total
1.1	Reunião	5	Realizar reuniões com o objetivo de executar a ampla divulgação e seleção de famílias participantes no projeto Farmácia Viva. Essas reuniões serão realizadas junto aos locais determinados para a construção dos hortos medicinais. Para essa meta deverão ser cadastradas em média 15 famílias por localidade/horto medicinal totalizando no mínimo 75 (setenta e cinco) famílias cadastradas ao término das reuniões. Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 04. Duração média de cada atividade será de 4 horas/cada. Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado, transporte e logística, mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade.	R\$ 2.800,00	R\$ 14.000,00

*Gilnei Laranjeira Niffo*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

1.2	Curso	5	Realizar cursos teórico/prático com temas relacionados a produção e uso de Plantas Medicinais na Saúde Comunitária, deverão ser abordados os seguintes eixos: - Identificação de Plantas, Propriedade, Modos de Preparo e Indicações de Uso. - Saúde e Alimentação, entre outros. A duração média de cada curso será de 4 horas. Para cada participante deverá ser doado uma apostila ou livro sobre o tema das plantas medicinais no uso da saúde humana. Essa(e) apostila/livro poderá ser produzido pela própria empresa ou adquirido de terceiros. Deverá ser disponibilizado certificado de participação ao público presente. Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado, transporte e logística. mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade. Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 04.	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
-----	-------	---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	---------------

Assinado por 1 pessoa: **DERIVADA DA ZEROSSES**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6B3D-6B60-8D5A-04742> e informe o código 48C3E3-6A1B0-6E7B90-04742



*Yelma Laraine Nettek*



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**ETAPA II – Hortos medicinais e unidade de referência**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	R\$ Unitário	R\$ Referência
2.1	Horto	5	Implantar o horto medicinal, com área destinada de 88 m <sup>2</sup> , com dimensões de 11 metros de comprimento por 8 metros de largura, conforme croqui, legenda e memorial descritivo no ANEXO I. Deverá ser executado no local definido pela administração pública municipal. Período para execução da meta compreende o mês 05 ao mês 09.	R\$ 6.800,00	R\$ 34.000,00

Assinado por 1 pessoa: EDONARDA DA SILVA REZENDES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6B3B-6B60-B75A-94B2-e-informe-o-antigo-6B3B-6B60-B75A-94B2>

*Edonarda da Silva Rezende*





**ETAPA III – Desenvolvimento**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	R\$ Unitário	R\$ Referência
3.1	Dia de campo	5	<p>Realizar dia de campo teórico/prático junto aos hortos medicinais implantados com temas relacionados a produção e uso de Plantas Medicinais na Saúde, deverão ser abordados os seguintes eixos: - Identificação de Plantas, Propriedade, Modos de Preparo e Indicações de Uso. - Saúde e Alimentação. - Como organizar: Casa de Chás, Horto Medicinal e Farmácia Fitoterápica em casa. Entre outros. A duração média de cada atividade será de 4 horas/cada.</p> <p>Para cada participante deverá ser doado uma apostila sobre o programa Farmácia Viva. Essa apostila poderá ser produzida pela própria empresa ou adquirido de terceiros e no mínimo 5 (cinco) mudas de plantas medicinais por família.</p> <p>Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo: Profissional capacitado, transporte e logística. mobilização da comunidade, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade. Período para execução da meta compreende o mês 10 ao mês 12.</p>	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00



3.2	Monitora mento	60	Realizar o monitoramento das ações do projeto, articular e preparar as atividades de mobilização e capacitação, manter em bom estado a conservação dos hortos medicinais, preparo do terreno, escolha das mudas, conservação, limpeza, controle fitossanitário, irrigação, adubação e colheita. Realizar mensalmente o monitoramento em cada um dos hortos medicinais implantados ou seja 60 (sessenta) monitoramentos para um período de 12 meses. A comprovação da execução será através de relatório da atividade e fotos. Para essa atividade a empresa contratada deverá considerar todas as despesas, incluindo um monitor(a), encargos sociais e trabalhistas, transporte e logística, material didático e demais itens necessários para a execução da atividade. Período para execução da meta compreende o mês 01 ao mês 12.	R\$ 365,00	R\$ 21.900,00
-----	-------------------	----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	---------------

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 9.362/2023, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Canguçu, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

Salienta-se que para a realização do processo foi realizada a pesquisa de preços nos sites do LICITACON e PNCP, mas pelos custos e particularidades que envolvem o mesmo, optou-se por fazer também orçamentos com as empresas da região e utilizá-los como base para o processo, visto estes serem com custos mais vantajosos ao Município.

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária: 08 – Secretaria Municipal de Saúde; Fonte de Recurso: 2600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção - Desdobramento: 4500 – CUSTEIO – Atenção Básica; Projeto: 1620 – Manutenção dos serviços - Emenda Parlamentar; Elemento de Despesa: 33.90.39.99.03.00 – Serviços Diversos Outros; Ficha: 4681.

Canguçu/RS, 24 de maio de 2023.

**Josiane Pereira de Souza**  
Auxiliar Administrativo – Matrícula: 500879  
Secretaria Municipal de Saúde  
Canguçu/RS

*Yulene Laraine Leite*